

ÍNDICE

6.5.10 -	Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo	1/17
6.5.10.1 -	Justificativas.....	1/17
6.5.10.2 -	Objetivos	3/17
6.5.10.2.1 -	Objetivo Geral	3/17
6.5.10.2.2 -	Objetivos Específicos	4/17
6.5.10.3 -	Metas.....	4/17
6.5.10.4 -	Indicadores.....	5/17
6.5.10.5 -	Público Alvo.....	5/17
6.5.10.6 -	Metodologia	6/17
6.5.10.7 -	Cronograma	13/17
6.5.10.8 -	Responsáveis pela Elaboração do Programa	15/17
6.5.10.9 -	Equipe de Implementação.....	15/17
6.5.10.10 -	Instituições Envolvidas	15/17
6.5.10.11 -	Inter-relação com outros Planos e Programas	16/17
6.5.10.12 -	Requisitos Legais.....	16/17
6.5.10.13 -	Referências Bibliográficas	17/17

1 -
 2 -
 3 -
 4 -
 5 -

6 -
 6.1 -
 6.2 -
 6.3 -
 6.4 -

6.5 -
 6.5.1 -
 6.5.2 -
 6.5.3 -
 6.5.4 -

6.5.5 -
 6.5.6 -
 6.5.7 -
 6.5.8 -

6.5.10 - Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo

6.5.10.1 - Justificativas

O Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo atende à condicionante específica n° 2.1 da LP N° 337/2009, IBAMA, que estabelece: “Detalhar todos os Planos, Programas, Subprogramas e Medidas Mitigadoras e de Controle consignados no Estudo de Impacto Ambiental e nos demais documentos técnicos, incluindo necessariamente a metodologia, o responsável técnico e o cronograma físico de implantação.”

Este documento tem como objetivo apresentar o detalhamento do Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo a ser desenvolvido no âmbito da implantação da UHE Santo Antônio do Jari, prevista para ser construída no rio Jari, divisa dos Estados do Pará e do Amapá, entre os municípios de Almeirim (PA) e Laranjal do Jari (AP).

Formulado a partir das análises apresentadas no EIA/RIMA, onde foram identificados impactos ambientais e sociais decorrentes das fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento, este Programa se justifica pela necessidade de promover ações mitigadoras e/ou compensatórias que promovam a valorização do patrimônio natural.

De acordo com estudos realizados para elaboração do EIA, o principal atrativo turístico da região é a Cachoeira de Santo Antônio, localizada no rio Jari.



Figura 6.5.10-1 - Cachoeira de Santo Antônio, rio Jari

No entanto, a região do Jari apresenta uma infraestrutura incipiente para a recepção de turistas, tornando a atividade turística pouco expressiva do ponto de vista econômico.

Com relação às principais áreas de lazer utilizadas pela população local, destacam-se, além da Cachoeira de Santo Antônio, os balneários Castanheira e Bela Vista, ambos localizados no município de Laranjal do Jari e freqüentados de forma mais expressiva nas épocas de verão, devido à existência de praias. Vale destacar que o balneário Bela Vista possui campo de futebol, bar com comercialização de bebidas e petiscos, banheiros e ducha para banho.

Outra característica que merece destaque na região é a presença de três unidades de conservação próximas à área destinada ao empreendimento. Dessas, duas são enquadradas como de uso sustentável, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru e a Reserva Extrativista Rio Cajari, e uma como de proteção integral, a Estação Ecológica do Jari, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A necessidade de manutenção dos vínculos de lazer da população, além da inevitável atração populacional gerada em função da implantação do empreendimento e a conseqüente demanda por áreas de lazer e turismo, requerem a elaboração de uma estratégia que contemple todos esses públicos e respectivos anseios.

Sabe-se que durante o período de obras haverá restrições de visitação à Cachoeira de Santo Antônio na parte a jusante, especialmente nos períodos de detonação. Passada a fase de obras, as visitas poderão ocorrer normalmente.

Mattos aponta que: “A partir da última década, principalmente, se observa uma tendência em considerar o ecoturismo como estratégia de desenvolvimento aliada à conservação. Nesta tendência, se destaca a valorização da atividade ecoturística em áreas protegidas. A interface ecoturismo/unidades de conservação é facilmente compreendida uma vez que estas áreas concentram necessariamente os aspectos e atrativos valorizados no ecoturismo e também concretizam uma estratégia global para a conservação”.

Entretanto, algumas premissas devem nortear a implementação deste Programa, como por exemplo, a de que todo o processo deve ser construído de forma participativa com os poderes públicos locais, a população residente na região e eventuais parceiros na forma de responsabilidades compartilhadas.

De acordo com Tavares: “Considera-se que as políticas e o planejamento do território para a dinamização do turismo, enquanto atividade humana que coloca em jogo o território e as relações das sociedades com a natureza, não podem ser formulados sem levar em conta o contexto, as práticas ambientais e os saberes de atores sociais presentes nos territórios recortados para a implantação de ações voltadas para o turismo.”

Outro aspecto que merece atenção é que as ações e planejamentos com o enfoque turístico devem priorizar, sempre que possível, uma interface com a agenda de prioridades dos municípios para evitar que a atividade em si gere interferências antes inexistentes e que não possuem relação com a implantação do empreendimento.

Tavares afirma ainda que “Nesse sentido, identificar apenas potencialidades turísticas não é suficiente, sendo necessário torná-las dinâmicas e concretas ao nível local, ou seja, não basta apenas identificar o ‘capital natural’ existente. Além disso, as ações devem estar direcionadas para a integração do ‘capital natural e sócio-cultural’, respeitando a diversidade social, econômica e cultural. O reconhecimento e a inserção das lideranças locais devem estar inseridos na elaboração de ações pelo poder público na atividade turística, que deve ser considerada uma atividade transversal e interligada aos demais setores de planejamento, como por exemplo, a educação, a saúde, o saneamento etc. A importância da qualificação do trabalho da mão de obra local também tem que ser ressaltada, a fim de permitir a inserção econômica da população na atividade.”

Finalmente, incorporar a dimensão de geração de trabalho e renda nesse contexto atende aos objetivos gerais inclusos nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo, recomendados pelo Plano Nacional de Turismo 2007-2010, contribuindo não somente para o êxito da economia local, como para a inserção do empreendimento na região.

6.5.10.2 - Objetivos

6.5.10.2.1 - Objetivo Geral

Este Programa tem como objetivo central garantir a valorização do Patrimônio Natural através de ações de divulgação e de qualificação da estrutura física e de recursos humanos, visando à recepção local.

6.5.10.2.2 - Objetivos Específicos

- Realizar parcerias com órgãos públicos estaduais e municipais;
- Elaborar o Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo no Vale do Jari;
- Fomentar, através da valorização dos recursos naturais locais, o desenvolvimento do ecoturismo na região;
- Definir Roteiros e Programas de visitas guiadas;
- Realizar Oficina para a capacitação de guias, receptivos e agências locais;
- Elaborar material de divulgação;
- Realizar a divulgação da região e da infra-estrutura disponível para orientação de visitantes.

6.5.10.3 - Metas

- Proporcionar uma estratégia de atuação transparente e participativa, fortalecendo o desenvolvimento do ecoturismo na região;
- Idealizar e detalhar o Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo no Vale do Jari de forma participativa e comunitária, com vistas a contemplar todos os públicos alvos;
- Elaborar coletivamente princípios, procedimentos e diretrizes para o ecoturismo na região;
- Realizar oficinas de formação em gestão turística para população local;
- Garantir a distribuição do material de divulgação a ser elaborado a todos os públicos-alvo envolvidos;
- Criar 02 Centros Turísticos de Visitantes em Laranjal do Jari e Almeirim, de forma a estabelecer pólos de referência turística na região.

6.5.10.4 - Indicadores

- Número de participantes no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo no Vale do Jari;
- Número de participantes nas oficinas de formação em gestão turística;
- Número de guias, receptivos e agências locais capacitados;
- Grau de participação e mobilização dos participantes nas oficinas;
- Quantidade de material gráfico distribuído; e
- Número de visitas ao Centro Turístico de Visitantes.

6.5.10.5 - Público Alvo

Este Programa tem como público alvo o seguinte perfil de atores sociais:

- Poder público municipal e órgãos ambientais de Almeirim, Laranjal do Jari e Vitoria do Jari;
- Poder público estadual e órgãos ambientais do Estado do Amapá e Estado do Pará;
- Equipes técnicas e ambientais do Consórcio Amapá Energia que atuam na região;
- População residente e trabalhadora nos municípios de Almeirim e Laranjal do Jari e nas áreas inseridas no Complexo Jari;
- Lideranças comunitárias e famílias residentes na vila de Cachoeira de Santo Antônio, Padaria e Vila de Iratapuru;
- Lideranças comunitárias e famílias residentes na área de entorno do empreendimento;
- Lideranças e entidades representativas da população da Área de Influência (AI) e da Área Diretamente Afetada (ADA): diretores e professores das escolas locais, párocos e pastores que atuam na região, representantes de associações comunitárias, de instituições de pesquisa e de organizações não-governamentais;
- Trabalhadores e população atraída pela obra;
- Potenciais visitantes da região do Vale do Jari.

- Categorias atuantes na área de turismo (guias turísticos, associação de artesãos, barqueiros e empresários dos setores hoteleiros locais).

6.5.10.6 - Metodologia

As atividades aqui elencadas deverão seguir o cronograma das obras como forma de associar as ações propostas com a implantação do empreendimento.

A metodologia a ser desenvolvida foi delineada de forma a atender as características do Programa privilegiando a elaboração de diagnósticos participativos, reuniões institucionais e vistorias de campo, com a utilização de questionários semi estruturados a serem aplicados com os gestores públicos e lideranças comunitárias.

Etapa 1 - Início das Obras (Início da Mobilização)

Seleção da equipe de profissionais responsável pela implementação do Programa - nessa fase serão analisados currículos de profissionais com experiência em metodologias participativas, desenvolvimento de projetos de gestão turística, com enfoque em ecoturismo e turismo comunitário.

Leitura de documentos técnicos e bibliografia sobre o tema - com o objetivo de preparar as visitas a campo e subsidiar os conteúdos a serem apresentados no Plano de Trabalho, serão disponibilizados para a equipe técnica o Estudo de Impacto Ambiental e todos os documentos correlacionados ao processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio do Jari. Além disso, será feita uma ampla pesquisa bibliográfica sobre a questão do turismo a partir de dados qualitativos e quantitativos.

Elaboração do Plano de Trabalho contendo as metodologias e técnicas de abordagem para o desenvolvimento das etapas - a elaboração do plano de trabalho permite que a fase de execução das ações propostas seja apresentada de forma planejada. Nele estarão descritas as ações do programa, assim como indicativos de cronograma para as atividades propostas. Esse primeiro material será objeto de apresentação nas reuniões institucionais, contribuindo para que o programa seja de conhecimento de todos os participantes.

Etapa 2 - Início das Obras (Final da Mobilização)

Reuniões Institucionais

Reunião de articulação com o poder público municipal e estadual, representantes da iniciativa privada e da Fundação Orsa¹, com o objetivo de estabelecer parcerias e fomentar a criação de um Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo no Vale do Jari.

Visitas Comunitárias

Visitas às comunidades localizadas na Área de Influência Direta (AID), tais como Vila de Santo Antônio da Cachoeira, Vila Padaria, Vila de Iratapuru e às regiões de Porto Sabão, Moreno, Piunquara, Piçarreira e Boca do Iratapuru com objetivo de apresentar as diretrizes do programa, e identificar os principais interessados em participar da criação do Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo no Vale do Jari.

Etapa 3 - Durante a Fase de Obras - 1º e 2º ano

Diagnóstico do Potencial Turístico da Região

Elaborar um mapeamento dos principais potenciais turísticos existentes na região, e modalidades turísticas a serem desenvolvidas, com vistas a se caracterizar o fluxo de turistas, perfil, disponibilidade de infraestrutura para atendimento (de hospedagem, restaurantes, sistema de transporte, vias de acesso), recursos humanos disponíveis (guias turísticos, serviços de apoio, aluguel de embarcações, voadeiras). Deve-se focar também nesse diagnóstico, um mapeamento das informações turísticas disponíveis sobre a região, bem como dos artesãos locais que confeccionam produtos com potencial de venda ao turista.

Para a elaboração desse diagnóstico será necessário realizar:

- Pesquisa dados secundários disponíveis;
- Elaboração de questionários e roteiros semi estruturados quanto a demandas turísticas a serem aplicados junto aos frequentadores dos pontos turísticos já existentes e moradores da área de influência do empreendimento;

¹ <http://www.fundacaorsa.org.br>

- Visitas aos órgãos municipais e estaduais para identificação de projetos já realizados e identificação de potencialidades ainda não exploradas;
- Visitas às principais áreas de turismo e lazer existentes, identificando modalidades turísticas, infraestrutura disponível, fragilidades a serem trabalhadas e novas propostas relacionadas ao turismo e lazer a serem desenvolvidas;
- Consolidação dos resultados e elaboração de um relatório com temáticas a serem detalhadas durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo no Vale do Jari.
- Apresentação dos resultados obtidos no Diagnóstico da região e planejamento das ações que irão subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo no Vale do Jari

Para a realização desta atividade, deverão estar presentes integrantes do poder público municipal e estadual, representantes da iniciativa privada, Fundação Orsa, representantes do empreendedor, setores ligados ao turismo local (associação de barqueiros, associação de artesãos, comerciantes, empresários das redes hoteleiras) e moradores da área de influência do empreendimento. Além da apresentação dos resultados do diagnóstico, nesta ocasião deverá ser formada uma comissão dividida por grupos temáticos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento com representantes de cada um dos atores sociais. Finalmente, deverá ser firmada uma carta de princípios que deverá nortear a elaboração do Plano respeitando assim a legislação ambiental vigente.

- Seminários Temáticos para Elaboração do Plano de Desenvolvimento

Aqui, propõe-se a realização de cinco seminários para a discussão e detalhamento do Plano de Desenvolvimento. Os participantes, que anteriormente estiveram envolvidos na etapa de diagnóstico e no fórum, deverão se dividir a partir de grupos de trabalho a priori em 04 eixos temáticos, que podem ser substituídos ou adequados conforme o andamento do processo:

- ▶ Infraestrutura e logística;
- ▶ Formação em Gestão Turística;
- ▶ Adequação de Roteiros à realidade local e elaboração de novos roteiros;
- ▶ Ações de Divulgação.

Durante três encontros de 4 horas de duração cada, os grupos irão trabalhar em seus temas detalhando ações necessárias para a consolidação e conseqüentemente implementação do Plano dentro da perspectiva de melhorias na infraestrutura local, formação de receptivos e capacidade institucional.

Nos dois últimos encontros (com duração de 04 horas cada), o Plano deverá ser apresentado aos participantes e suas ações elencadas por ordem de prioridade com cronogramas pré estabelecidos.

- Finalmente, o Plano deverá ser aprovado pelos envolvidos e na ocasião deverá ser assinado um termo de compromisso entre poder público, representantes do empreendedor e população com vistas a referendar o processo. Uma cópia da versão final do Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo no Vale do Jari será encaminhado ao IBAMA de forma a compor uma memória do processo de licenciamento do referido empreendimento.
- Oficinas de Formação em Gestão Turística

As oficinas deverão abordar temáticas relacionadas às diversas práticas turísticas baseadas na utilização dos recursos naturais, como o ecoturismo, valorizando a premissa máxima da perspectiva sustentável dessa atividade.

As oficinas deverão ocorrer posteriormente à realização dos seminários contribuindo para subsidiar questões a serem apontadas no Plano de Desenvolvimento, e ainda para promover a qualificação necessária para a implementação do mesmo.

De acordo com o cronograma apresentado no item 6.5.10.7, está prevista a realização de uma oficina dessa por ano de obra, em cada um dos municípios da área de influência do empreendimento (Almeirim, Laranjal do Jari e Vitória do Jari). Se por conta da demanda houver um interesse maior, sua periodicidade deverá ser reavaliada e sua realização garantida.

► Conteúdo

- História da região do Vale do Jari;
- Práticas sustentáveis de turismo;
- A atividade turística como geração de renda;
- O Desenvolvimento do Turismo em Unidades de Conservação;

- Treinamentos específicos para receptivos e agências locais;
- Contextualização do empreendimento e do Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo como medida mitigadora no contexto do licenciamento.

► Material Didático

O material a ser elaborado deverá abordar através de linguagem acessível aos perfis dos participantes, os conteúdos apresentados durante a Oficina de Formação em Gestão Turística, servindo como material complementar no âmbito do Programa Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo.

Sugere-se a impressão inicial de 100 cartilhas que deverão ser distribuídas aos participantes das Oficinas de Formação em Gestão Turística e ao poder público. As especificações das cartilhas serão:

- Tamanho: A5 (fechado) e A4 (aberto);
- Papel: Papel Reciclado 120g (Miolo) e Papel Reciclado 180g (Capa);
- Cor: 2/2;
- Acabamento: Corte simples, grampo canoa;
- Páginas: 28 + capas = 32 páginas.

► Carga Horária

As oficinas deverão apresentar uma carga horária total de 20h organizadas da seguinte forma.

- 16 h de atividades presenciais em quatro (04) módulos de 4h cada.
- 4h de atividades difusas realizadas durante o intervalo entre os módulos.

► Número de participantes

Média de 20 a 30 participantes.

► Criação de Materiais de Divulgação do Programa

Deverão ser criados materiais de divulgação para o Seminário Temático e para a Oficina de Formação em Gestão Turística, como forma de tornar pública a realização dessas ações e correlacioná-las com o empreendimento.

Ao final da elaboração do Plano de Desenvolvimento, deverá ser feita uma assessoria de imprensa, destacando os roteiros turísticos a serem visitados, o processo de construção do Plano de Desenvolvimento dentro do contexto do licenciamento ambiental, e a infraestrutura disponível. O conteúdo será formulado pela equipe do Programa, e disponibilizado para as Prefeituras Locais para ser veiculado nos seus respectivos sites.

Propõem-se o formato de cartazes para a divulgação do Seminário Temático e da Oficina de Formação. Para tal propósito sugere-se como referência o formato A2, 4/0 cores e papel especial com uma tiragem inicial de 100 (cem) unidades, sendo 50 (cinquenta) para cada atividade.

Já para os materiais de divulgação específicos sobre a região, deverá ser confeccionado um folheto a ser distribuído no Centro de Visitantes de forma a apresentar informações sobre o turismo na região do Vale do Jari divulgando assim o funcionamento dos serviços oferecidos no centro de visitantes. Sugere-se como referência o tamanho A3 com duas dobras em 4/4 cores e uma tiragem inicial de 500 exemplares.

Etapa 4 - Durante a Fase de Obras - 3º ano

Criação do Centro de Atendimento ao Visitante

Ao final de todo o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento, serão implantados em parceria com o empreendedor e município três Centros de Atendimento ao Visitante sediados em Monte Dourado, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

Nesse local serão disponibilizadas informações turísticas construídas ao longo do processo de implantação do programa, assim como será concentrada a localização dos agentes de turismo. Disponibilizará ainda um cadastro de hotéis e serviços a serem contratados pelos visitantes.

O local para a instalação do Centro de Visitantes deverá ser criado a partir de um convênio entre o poder público e o empreendedor, ficando a cargo do primeiro disponibilizar um imóvel na região para tal atividade de forma a garantir a continuidade das ações propostas. Conforme Termos de Compromisso assinados entre o empreendedor e as Prefeituras de Almeirim e Laranjal do Jari será de responsabilidade do empreendedor, dotar o Centro de Visitantes de mobília adequada para o seu funcionamento, bem como contratar empresa especializada para desenvolver os cursos acima propostos.

O funcionamento deverá ser de 3ª feira a Domingo, de 8 h as 17 h, com intervalo para almoço, contando com uma recepcionista e computador para agendamento de serviços e consultas a roteiros turísticos.

Finalmente, sugere-se que nestes locais estejam expostas para comercialização peças artesanais e produtos confeccionados a partir da culinária local.

Etapa 5 - Etapa Contínua de Monitoramento e Avaliação das Ações do Programa

Todas as atividades e ações serão monitoradas e acompanhadas continuamente ao longo de todas as fases do Programa, visando o auxílio direto a sua implementação. Isso possibilita o esclarecimento de dúvidas quanto aos procedimentos referentes a cronograma de implementação do empreendimento, alcance de metas, entre outros.

Objetiva contribuir na tomada de decisões e promover ajustes nas metodologias e procedimentos empregados, além de facilitar a reflexão das ações subsequentes. Esse processo contempla tanto as avaliações realizadas pelos técnicos quanto as observações realizadas pelos próprios participantes.

Inclui-se aí a elaboração de relatórios semestrais e de relatório final consolidando as ações desenvolvidas em todo Programa que deve ser entregue no primeiro mês de operação do empreendimento.

6.5.10.7 - Cronograma

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo	Cronograma de Implantação																																			
	Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32			
Elaboração do Plano de Trabalho	█																																			
Reuniões Institucionais e Visitas Comunitárias		█																																		
Diagnóstico do Potencial Turístico da Região				█	█																															
Apresentação dos resultados obtidos no Diagnóstico da região e planejamento das ações que irão subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo no Vale do Jari							█	█																												
Seminários temáticos para elaboração do Plano de Desenvolvimento										█	█																									
Oficinas de Formação em Gestão Turística												█	█												█	█										
Criação de materiais de divulgação do Programa																																				
Cartaz - Seminário Temático								█	█																											
Cartaz - Curso de Formação em Gestão Turística											█	█												█	█											
Cartilha - Oficinas de Formação em Gestão Turística								█	█	█	█												█	█	█											
Folheto - Centro de visitantes																														█	█					
Criação do Centro de Atendimento ao Visitante																															█	█	█			
Relatórios Semestrais						█							█								█				█								█			
Relatório Final																																			█	
Ordem de Serviço	█																																			
Mobilização/ acessos (Condicionada ao início do período seco)	█	█	█																																	
Instalação do canteiro e acampamento	█	█	█	█	█	█	█																													
Sequência de Desvio - 1ª Etapa - (Leito Natural)		█	█	█	█																															
Sequência de Desvio - 2ª Etapa - (Leito Natural)															█																					
Sequência de Desvio - 3ª Etapa - (Estrutura de Desvio)																								█	█	█										
Estrutura de Desvio - Escavação/ Limpeza e Tratamento de Fundação				█	█	█																														
Estrutura de Desvio - Concretagem							█	█	█	█	█	█																								
Estrutura de Desvio - Montagem Eletromecânica														█	█																					
Barragem - Aterro ME							█	█																												
Barragem - Aterro MD																█	█	█	█	█																
Vertedouro - Concretagem - 1ª etapa								█	█																											
Vertedouro - Concretagem - 2ª etapa																█	█	█	█	█																
Vertedouro - Concretagem - 3ª etapa																									█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Reservatório - Limpeza e Obras	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█																			
Emissão de licença de Operação LO (expectativa)																																				
Reservatório - Enchimento																																				█

6.5.10.8 - Responsáveis pela Elaboração do Programa

Nome	Formação	Identificação
Bianca Peixoto Brandão R. Cardoso	Cientista Social	Identidade: 10805522-9 IBAMA: 525022

6.5.10.9 - Equipe de Implementação

Para o desenvolvimento deste programa será necessário o seguinte perfil de profissionais:

- 01 coordenador geral - Responsável pela coordenação geral da equipe, dos recursos materiais, financeiros e logísticos do Programa, além do fechamento dos relatórios. Deverá ter experiência na coordenação de Programas da área socioambiental;
- 02 técnicos com experiência em metodologias participativas responsáveis pela realização do Diagnóstico do Potencial Turístico da Região;
- 02 técnicos com experiência em gestão turística, com enfoque em ecoturismo e turismo comunitário, responsáveis pela condução do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico e Oficinas de Formação em Gestão Turística;
- 01 designer - Responsável pela elaboração dos materiais de divulgação do Programa;
- 01 recepcionista - Responsável pelo atendimento do Centro de Visitantes.

6.5.10.10 - Instituições Envolvidas

- Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do Amapá;
- Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do Pará;
- Prefeitura de Laranjal do Jari;
- Prefeitura de Almeirim;
- Prefeitura de Vitória do Jari;
- Sub Prefeitura do Distrito de Monte Dourado;
- Cooperativa Mista de Produtores Extrativistas do rio Iratapuru (COMARU);

- Cooperativa de Castanha dos produtores do Alto Cajari (COPERALCA);
- Cooperativa Mista dos Produtores e Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COMAJA).
- Fundação Orsa.

6.5.10.11 - Inter-relação com outros Planos e Programas

Este Programa terá inter-relação com o Programa de Gerenciamento Ambiental - PGA na medida em que proporciona a criação de um Plano de Desenvolvimento, seguida pela formação de agentes de turismo dentro da perspectiva da gestão associada ao empreendimento. Possui também uma inter-relação direta com o Programa de Comunicação Social - PCS no sentido de divulgar as atividades do Programa tais como o Fórum de Turismo, os Seminários Temáticos e as Oficinas de Formação, além dos horários de funcionamento do Centro de Atendimento aos Visitantes, com o Programa de Documentação e Preservação do Patrimônio Natural e Paisagístico de forma a dar visibilidade as ações desenvolvidas em torno da temática da preservação do Patrimônio Natural, com o Programa de Apoio aos Municípios que em última instância será o responsável por firmar convênios e dar continuidade as ações iniciadas pelo Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo, com o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA) que tratará dos usos a serem definidos para o reservatório, com o Programa de Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico, com o Programa de Educação Ambiental (PEA) de forma a potencializar as ações com enfoque voltado para memória socioambiental das Vilas do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira e Padaria, contemplando a temática do ecoturismo de forma transversal, além do Plano Ambiental para Construção - PAC, que estabelece as diretrizes e as técnicas básicas recomendadas para serem empregadas durante as obras de construção da UHE Santo Antônio do Jari.

6.5.10.12 - Requisitos Legais

Não existem requisitos legais associados ao Programa.

6.5.10.13 - Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério de Turismo. Plano Nacional de Turismo, 2007-2010, Junho de 2007

ECOLOGY BRASIL, Estudo de Impacto Ambiental da Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari. Rio de Janeiro, Agosto de 2009.

Faria, Ivani ferreira. Ecoturismo, cultura e participação: Gestão do território indígena no alto Rio Negro. Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras, Orgs. Bartholo Roberto, Sansolo, Davis Gruber e Bursztyn, Ivan, Letra e Imagem, 2008.

Mattos, Flávia Ferreira. Unidades de Conservação, Turismo e Inclusão Social: O caso da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, 2005.

Tavares, Maria Goretti. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras, Orgs. Bartholo Roberto, Sansolo, Davis Gruber e Bursztyn, Ivan, Letra e Imagem, 2008.